Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
Mobilidade Sustentável	Organização do setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização do território	2.1/2.2	Revisão do modelo de governação do setor de transportes entre administração central e local, incluindo a substituição de 500 veículos até 2018	Nº de veículos substituídos	500	Assegurar uma eficiente articulação entre o poder central e local e com os vários intervenientes	0	99 000	60 000	0	0	0
	Descarbonização da frota de táxis	Valorização do território	2.1/2.2	Aumentar o desempenho ambiental e promover a inovação dos serviços de mobilidade, incluindo a renovação de 1000 táxis até 2020	N.º de táxis renovados	1 000	3.º T 2016 e 2017 - Regulação do setor para novos modos de transporte	0	6 600	5 000	10 000	0	0
	Expansão do Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização do território	2.1/2.2	Expandir a rede de metro do Porto e de Lisboa (9km até 2020)	N.º km a construir	9,0	2016 - Programação 2017 - Projetos 2018 - Obra	0	0	0	0	0	275 000
	Mobilidade elétrica	Valorização do território	2.1/2.2	Incentivar a mobilidade elétrica, incluindo a instalação de 2394 postos de carregamento de veículos elétricos até 2020	N.º de pontos de carregamento a ligar à rede MOBI.E	2 394	2016 e 2017 - criar uma rede de carregadores	0	69 300	22 500	0	0	0
	Mobilidade suave	Valorização do território	2.1/2.2	Criar e implementar um plano estratégico para a mobilidade suave, incluindo a disponibilização de 6000 bicicletas em sistemas partilhados até 2020	Nº de bicicletas a disponibilizar em sistemas partilhados	6 000	06/2018 - Definir o Plano Estratégico para a Mobilidade Suave	0	24 850	20 300	0	0	0
Cidades Sustentáveis e Inteligentes	IFRRU 2020	Valorização do território	2.1/2.2	Reabilitação de edifícios, fomentando a eficiência energética e sísmica (1800 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios contratados	1 800	2016 - 2020 - Operacionalização do IFRRU	0	309 750	251 000	0	0	580 000
	Reabilitar para arrendar	Valorização do território	2.1/2.2	Reabilitação de edifícios degradados com mais de 30anos, disponibilizando-os em regime de renda condicionada (400 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios a reabilitar	400	2016 - 2020 - Operacionalização do Programa	0	100 000	0	0	0	0
	Instrumentos para áreas urbanas	Valorização do território	2.1/2.2	Regeneração de áreas degradadas (2,9 milhões de m2 de espaços públicos;197 mil m2 de edifícios públicos ou comerciais; 2057 habitações até 2020)	Área de espaços públicos reabilitados (m2) Área de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados (m2) N.º de habitações reabilitadas	2 909 212 197 075 2 057	2016 - 2020 - Operacionalização dos Instrumentos	0	562 500	450 000	0	0	0
	Fundo Nacional Reabilitação do Edificado	Valorização do território	2.1/2.2	Reabilitar edifícios degradados (2 702 fogos a reabilitar até 2020)	Número de fogos a reabilitar	2 702	2016 - Programação 2017 - 2020 - Projetos e Obras	0	0	0	0	0	500 000
	Casa Eficiente	Valorização do território	2.1/2.2	Melhorar a eficiência energética de imóveis (10 000 fogos até 2020)	N.º de fogos a melhorar a eficiência energética	10 000		0	0	0	100 000	0	0
	Promoção da descarbonização - Living Labs	Valorização do território	2.1/2.2	Montra de soluções tecnológicas, constituindo casos de estudo de implementação de tecnologia (5 zonas a implementar até 2018)	Nº zonas a implementar soluções tecnológicas	5	2017-2020 - Criação de living labs	0	19 750	15 000	0	0	0
	Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização do território	2.1/2.2	Promover a eficiência energética na Administração Pública	N.º de edifícios da Administração Pública a melhorar ao nível da eficiência energética	Sem informação disponível		0	230 000	200 000	0	0	0
Economia Circular	Compras públicas ecológicas	Valorização do território	2.1/2.2	Desenvolver uma estratégia de compras públicas ecológicas até 2020	N.º de Estratégias desenvolvidas	1	a partir do 2º trimestre de 2016	0	0	0	0	0	0
	Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos	Valorização do território	2.1/2.2	Aumento do tratamento de resíduos urbanos por processo mecânico e biológico (atingir 46% de resíduos urbanos processados em TMB até 2020)	% de resíduos urbanos processados em TMB	46%	2016 - Lançamento de concursos	0	95 000	95 000	0	0	0
	Política dos 3R	Valorização do território	2.1/2.2	Prevenção e Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos (reduzir para 35% a taxa de deposição de RUB em aterro; aumentar para 50% a taxa de preparação para reciclagem até 2020)	Taxa de deposição de RUB em aterro Taxa de preparação para reciclagem	35% 50%		0	113 700	113 700	0	0	0
	SIGRE	Valorização do território	2.1/2.2	Aumento da concorrência ao nível das sociedades gestoras de resíduos de embalagens (criar mais uma entidade gestora até 2017)	Entidades gestoras a criar	1 (Até 2017)	Implementação da decisão sobre o processo: publicação das licenças das Entidades Gestoras (SPV e Novo verde) e definição das condições ex-ante, incluindo especificações técnicas, e valores de contrapartida	0	200 000	170 000	0	0	0
	Fiscalidade Verde	Valorização do território	2.1/2.2	Revisão da Fiscalidade Verde	Rever a Fiscalidade Verde	0	Publicação da nova lei no âmbito do Orçamento de Estado de 2017	560	560	0	0	0	0
	Plano ferrovia 2020	Valorização do território	2.1/2.2	Construção e/ou modernização de 1200 km (907 km até 2020) de linhas ferroviárias, garantindo a conetividade territorial, interna e internacionalmente	km de linha construída/remodelada	907	Lançamento de concursos para projetos e obras em 2016 e 2017	0	1 275 994	488 659	113 400	1 123 997	0

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
Coesão Territorial	Desenvolvimento da atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização do território	2.1/2.2	Construção e requalificação da rede de regadio em Portugal, promovendo a competitividade e sustentabilidade da agricultura e a preservação dos territórios e respetivas populações	Áreas cobertas por infraestruturas de regadio construídas ou melhoradas (ha)	88000		0	213 000	181 050	0	0	213000
	Valorização do potencial económico do interior	Valorização do território	2.1/2.2	Criação de um sistema de incentivos à atividade empresarial nos territórios de baixa densidade	N.º de empresas apoiadas	a estimar		0	0	0	0	0	0
	Janela Única Logística (JUL)	Valorização do Território	2.1/2.2	Implementação da JUL em todos os portos portugueses, modos de transporte terrestre, portos secos, plataformas logísticas e operadores logísticos	Nº de Portos com a JUL implementada	5	Elaboração de estudos prévios (2016), realização de concurso público internacional (2017) e arranque do funcionamento da JUL (2018 e 2019)	0	4 250	4 250		250	1000 (Administrações Portuárias)
	Plano Portuário 2020	Valorização do Território	2.1/2.2	Modernização dos portos nacionais e melhoria das acessibilidades marítimas contribuindo para a competitividade económica de Portugal, nomeadamente na alavancagem das exportações	A definir	A definir	Lançamento de concursos para projetos e obras em 2016 e 2017	0	Em análise	Em análise	Em análise	Em análise	Em análise
	Promoção do transporte marítimo e apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização do Território	2.1/2.2	Alteração do regime fiscal aplicável ao registo de navios potenciando o negócio de shipping	Nº embarcações com bandeira nacional	A definir	Implementação das alterações legislativas no 2S 2016	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Definição e apoio a modelos de negócio sustentáveis para o desenvolvimento das tecnologias de energia renováveis offshore, assentes na inserção das empresas, dos centros tecnológicos e das universidades nas «global value chains» associadas a esta fileira.	Nº de entidades internacionalizadas	A definir	Definição da Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas no 1S-2S 2016; Implementação no 1T 2017	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Criação do Observatório do Atlântico	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Centro internacional para o conhecimento e exploração sustentável dos recursos oceânicos	A definir	A definir	Definição de conceito no 2S 2016	A definir	20 000	A definir	A definir	A definir	A definir
	Fundo Azul	Valorização do Território	2.1/2.2	Fundo para promoção e inovação da economia do mar assente no conhecimento e sustentabilidade ambiental	nº de projetos aprovados	A definir	Lançamento de concursos para projetos em 2017	A definir	10 000	A definir	A definir	A definir	A definir
	Melhoria das condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias	Valorização do Território	2.1/2.2	Criação de emprego, incentivo à saúde e segurança e inovação através de parcerias entre pescadores e comunidade científica	nº de projetos	72	Entrada em execução até final do 1S 2016	0	128 676	96 625	n.a.	n.a.	n.a.
	Aposta na Aquicultura	Valorização do Território	2.1/2.2	Investimentos produtivos, aconselhamento e inovação com a comunidade científica	nº de projetos	10	Entrada em execução até final do 1S 2016	0	56 000	42 000	n.a.	n.a.	n.a.
Valores Naturais	Políticas ativas na fruição de áreas protegidas	Valorização do Território	2.1/2.2	Reabilitação de 14330 m2 de edifícios em áreas protegidas	Área de edifícios reabilitação em áreas protegidas (m2)	14 330	2016/2017 - Definição da estratégia 2018/2019/2020 - Implementação da estratégia	0	0	0	10 000	0	0
	Políticas ativas de conservação da natureza	Valorização do Território	2.1/2.2	Melhoria do estado de conservação de habitats e espécies e aumento da biodiversidade a nível nacional	Valor acumulado em % da execução física das ação materiais e imateriais	100%	2016 - Elaboração de projetos 2017/2018/2019 - Execução de projetos	0	46 000	40 000	0	0	0
	Defesa do Litoral	Valorização do Território	2.1/2.2	Melhoria da resiliência do litoral face às alterações climáticas, promovendo a valorização do litoral e dos seus ecossistemas naturais (50 km de faixa costeira a intervencionar)	Extensão da faixa costeira intervencionada (km)	50	06/2016: Aprovação do Plano de Ação de Proteção e de Valorização do Litoral 09/2016: Conclusão dos POC	0	172 500	150 000	0	0	0
	Rios e zonas inundáveis	Valorização do Território	2.1/2.2	Gestão dos riscos de cheia e de inundações, incluindo sistemas de previsão e de alerta (6 intervenções em zonas de risco identificadas)	N.º de intervenções em zonas de risco identificadas	25	06/2016: aprovação dos PGRI e reporte do mesmos no WISE 12/2019: realização das intervenções previstas	0	57 500	50 000	0	0	0
	Eliminação das taxas moderadoras do acesso ao serviço de urgência sempre que o utente seja referenciado	Coesão e Igualdade	3.2	Isenção do pagamento de taxas moderadoras nos casos em que o utente é referenciado pelo seu médico de família, INEM, e Centro de Atendimento do SNS (Linha Saúde 24)	N.º utentes isentos por referenciação do médico dos CSP (estimados)	8 574 357							
					N.º de utentes isentos por referenciação do INEM (estimados)	5 576 254							
					N.º utentes por referenciação do Centro de Atendimento (Linha Saúde 24) (estimados)	2 726 282							

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
Acesso aos serviços de saúde: promoção do acesso	Rever o sistema de isenções e dispensas do pagamento de taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	3.2	Dispensar o pagamento das taxas moderadoras nos MCDT efetuados no âmbito das sessões de hospital de dia	Número de MCDTs realizados em hospital de dia	2 026 453	4/2016: Implementação das medidas	-39 270	0	0	0	0	
				Isentar do pagamento de taxas moderadoras aos bombeiros, dadores de sangue, dadores de tecidos, células e órgãos	Número de utentes isentos	965 130							
	Reduzir o valor global das taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	3.2	Diminuir a comparticipação dos utentes nos custos	% Redução dos encargos dos utentes face a 2015	25%							
	Repor o direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas	Coesão e Igualdade	3.2	Aliviar o peso dos custos a cargo dos utentes	Número de transportes gratuitos	554 200	4/2016: Implementação das medidas	-30 400	0	0	0	0	
Expansão e melhoria da capacidade da rede de Cuidados de Saúde Primários	Ampliar e melhorar a cobertura do SNS nas áreas da Saúde Oral e da Saúde Visual	Coesão e Igualdade	3.2	Alargamento da cobertura dentária e visual com médicos especialistas nestas áreas nos Centros de Saúde	Número de Centros de Saúde com médicos dentistas - projeto piloto	91		0	176 451	0	0	0	
					Número de ACES com rastreios oftalmológicos - projeto piloto	28							
	Contratar mais médicos de família	Coesão e Igualdade	3.2	Contratação de médicos aposentados	Número de médicos contratados	500	1/2016: Em curso 4/2016: Alteração do modelo de contratação						
Expansão e melhoria da integração da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	Expandir os cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório	Coesão e Igualdade	3.2	Promover o apoio no domicílio e em ambulatório aos cidadãos idosos ou em estado de dependência	Número de novas equipas de cuidados continuados integrados (unidades/equipas; lugares)	180 unidades/equipas; (4800 lugares)	4/2016: Em desenvolvimento	0	70 488	0	0	0	
	Reforçar a RNCCI	Coesão e Igualdade	3.2	Aumento do número de lugares em cuidados continuados integrados em todas as suas tipologias de internamento (esforço conjunto com as organizações do terceiro setor e o setor privado, com especial incidência nos grandes centros urbanos)	Número estimado de novas camas/lugares	2550 (convalescença); 1056 (média duração); 4452 (longa duração)	4/2016: Em desenvolvimento						
	Reforçar a componente de saúde mental na Rede Integrada de Cuidados Continuados	Coesão e Igualdade	3.2	Aumento da capacidade de resposta no âmbito da saúde mental	Número estimado de novas unidades de saúde mental	109 unidades/equipas; 1528 lugares/camas	4/2016: Em desenvolvimento						
	Melhorar a resposta dos cuidados paliativos e implementar cuidados paliativos pediátricos	Coesão e Igualdade	3.2	Melhoria da acessibilidade aos doentes em cuidados paliativos em todas as idades	Número estimado de novas unidades de cuidados paliativos	164 lugares/camas; 28 equipas intra-hospitalares; 71 equipas comunitárias	4/2016: Em desenvolvimento						
					Número estimado de novos lugares/camas de paliativos pediátricos	300 lugares/camas	4/2016: Em desenvolvimento						
	Promover a gestão reformista do sistema de pensões	Coesão e Igualdade	1.5	Reativação do mecanismo de atualização automático das pensões	NA	NA		0	2 072 000	Em análise	NA	NA	
				Suspensão, em 2016, da antecipação da pensão antes dos 60 anos e revisão do regime de pensões antecipadas; Avaliação das alterações introduzidas no Fator de Sustentabilidade; Extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade; Estudo sobre a diversificação de fontes de financiamento da segurança social; Promoção do agravamento das contribuições para empresas que revelem excesso de rotatividade laboral, bem como reavaliar o modelo de isenções e reduções contributivas.	NA	NA	Conclusão da avaliação dos impactos da crise até final de 2016.		Em análise	Em análise			
				Extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade			Redução para metade do efeito da CES em 2016 e extinção integral em 2017		Em análise	Em análise			
	Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coesão e Igualdade	1.5	Aprofundamento da convergência do regime da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral de Segurança Social	NA	NA	No prazo da legislatura	NA	Em análise	Em análise	NA	NA	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	Combater a fraude e à evasão contributiva	Coesão e Igualdade	1,5	Definição de medidas de combate à fraude e evasão contributiva, por via da alteração do processo de declaração de remunerações à Segurança Social, da flexibilização dos mecanismos de cobrança de dívida; da recuperação e redução do volume de prestações sociais atribuídas indevidamente, do reforço da fiscalização, no âmbito do estabelecimento de planos de combate à fraude e à evasão	NA	NA	Melhorias aplicadas progressivamente ao longo da legislatura	100000 (em 2016)	Em análise	Em análise	NA	NA	
	Elaboração do Código Prestacional da Segurança Social que promova a agregação dos diferentes textos legais num único documento	Coesão e Igualdade	1.5 3.2	Unificação num diploma único os vários atos legislativos que criem e regulem prestações sociais, simplificando a malha de prestações que concorram para o mesmo fim	NA	NA	No prazo da legislatura	0	Em análise	Em análise	NA	NA	
	Reforçar o modelo da condição de recursos em prestações sociais de natureza não contributiva	Coesão e Igualdade	1,5	Reavaliação e reforço, até 2019, da coerência do modelo de aplicação da condição de recursos nas prestações sociais de natureza não contributiva		0	No prazo da legislatura	0	Em análise	Em análise	NA	NA	
	Atualizar a remuneração mínima mensal garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade	2.2	Atualização do valor mensal da RMMG para 530€, em 2016 (valor anterior: 505 €)	N.º trabalhadores abrangidos	650000	Acompanhamento trimestral do impacto do aumento da RMMG no âmbito de grupo tripartido no quadro da Comissão Permanente de Concertação Social.	80 000	0	0	0	0	
	Apoiar excecionalmente o emprego, na sequência da atualização da remuneração mínima mensal garantida	Coesão e Igualdade	2.2	Redução em 0,75 p.p. no valor da taxa contributiva a cargo das entidades empregadoras, referentes a contribuições relativas às remunerações devidas entre os meses de fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, resultante do aumento da RMMG.	N.º trabalhadores abrangidos	340000 (em 2016)		-20 000	0	0	0	0	
	Promover uma medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração	Coesão e Igualdade	3.2	Apoio, até 2020, de 70 mil DLD, com um apoio pecuniário de caráter extraordinário (correspondente a 80% do montante do subsídio social de desemprego cessado) atribuído durante um período máximo de seis meses a desempregados inscritos que tenham cessado o período de concessão do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente há um ano.	Desempregados apoiados	70000	A medida entra em vigor a 31 de março de 2016	0	-449 000	0	NA	NA	
	Rever o regime do trabalhador independente	Coesão e Igualdade	3,2	Realização de uma revisão ao modelo vigente do regime de trabalho independente, que permita: avaliar a proteção no desemprego para TIs detetando eventuais ineficiências; Reavaliar o regime de entidades contratantes; Rever as regras para determinação do montante de contribuições dos trabalhadores de recibos verdes, para que estas contribuições passem a incidir sobre o rendimento efetivamente auferido, tendo como referencial os meses mais recentes de remuneração; evitar o uso excessivo dos contratos a prazo, os falsos recibos verdes e outras formas atípicas de trabalho, reforçando a regulação e alterando as regras do seu regime de Segurança Social	NA	0		0	723 000	0	0	0	
	Agregar os apoios à deficiência numa prestação única	Coesão e Igualdade	3,2	Definição de uma prestação única para a deficiência/incapacidade que agregue as atuais prestações pecuniárias neste domínio e que inclua uma componente de cidadania, uma componente compensadora de encargos e uma componente de combate à pobreza.	nº de pessoas com deficiência abrangidas	a estimar	Finalização do estudo de impacto financeiro até ao final de maio. Elaboração do projeto de diploma legal até meados de junho de 2016, seguido de consulta pública. Adequação do sistema informático até final de 2016. A medida entra em vigor durante o ano de 2017, prevendo-se uma implementação gradual e faseada.	NA	Em análise	Em análise	NA	NA	
	Atualizar o IAS	Coesão e Igualdade	3.2	Atualização a partir de 2017 do Indexante de Apoios Sociais, valor de referência com impacto em diversos apoios sociais.	NA	NA	Levantamento da suspensão da atualização do IAS no início de 2017	0	226 000	0	0	0	
	Aumentar o Complemento Solidário para Idosos (CSI)	Coesão e Igualdade	3.2	Reposição do valor anual de referência do complemento solidário para idosos (CSI) em 5022 euros (desde 1/1/2016) e aumento para 5059 (desde 1/4/2016), abrangendo 200 mil idosos em 2016	N.º idosos abrangidos	200 mil idosos (2016)		0	20000 (em 2016)	0	0	0	
	Atualizar as prestações familiares, em especial o abono de família	Coesão e Igualdade	3.2	Atualização dos montantes do abono de família, bem como da majoração monoparental e da bonificação por deficiência, abrangendo 1,1 milhões de crianças e jovens em 2016	N.º crianças e jovens abrangidos	1,1 milhões de crianças e jovens (2016)		NA	424 000	0	0	0	
	Aumentar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa	Coesão e Igualdade	3,2	Aumento do montante do subsídio por assistência a 3ª Pessoa para 101,17 euros, abrangendo 13 mil pessoas em 2016	Pessoas	13 mil pessoas (2016)		0	7 700	0	0	0	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	Combater a pobreza das crianças e jovens através de abordagens integradas centradas no território e em sistemas de monitorização e alerta precoce	Coesão e Igualdade	3.2	Definição da estratégia de combate à pobreza de crianças e jovens, ancorada numa abordagem integradora no combate à pobreza, que articule diversas medidas setoriais (educação, saúde, ...), potencie sinergias e aposte em medidas de proximidade, de acordo com uma estratégia centrada no território, com um papel central do abono de família; reformulação das classes de rendimento de acesso ao abono de família; Criação de um sistema de indicadores de alerta de situações de precariedade social (abandono escolar, problemas de saúde, etc.)	ND	ND	2017/2018	0	0	0	0	0	
	Aumentar o Rendimento Social de Inserção (RSI)	Coesão e Igualdade	3.2	Atualização do valor de referência do Rendimento Social de Inserção (RSI), para €180,99, e alteração da escala de equivalência garantindo a cobertura de 240 mil pessoas em 2016.	N.º abrangidos	240 mil pessoas (2016)		NA	641 000	0	0	0	
				Reavaliação da eficácia dos programas de inserção, para que se promova uma efetiva inclusão social.			2017/2018						
	Contratos locais de Desenvolvimento Social	Coesão e Igualdade	3.2	Promover a inclusão social, de forma integrada e multissetorial, através de ações a executar em parceria que contribuirão para a empregabilidade, combate à pobreza e exclusão social.	N.º de contratos locais de desenvolvimento social	138		0	45 200	38 420	0	0	
	Rede Local de Intervenção Social	Coesão e Igualdade	3.2	Dinamizar um modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local, em que se pretende apoiar os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das pessoas em situações de risco e vulnerabilidade socioeconómica.	N.º de concelhos abrangidos	146		0	50 000	42 500	0	0	
	Implementação do Programa Operacional de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas	Coesão e Igualdade	3.2	Este programa, apoiado pelo FEAC, encontra-se estruturado em 2 medidas: (i) aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade; (ii) Fornecimento de refeições diárias gratuitas.	ND	ND		0	149 040	0	0	130 203	
	Promover a generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações	Qualificação dos portugueses	2.1	Diversificar a oferta formativa, garantindo que 55% dos alunos do ensino secundário opta por vias profissionalizantes	População ativa com ensino secundário concluído; Aumento do número de alunos em vias profissionalizantes	50% da população ativa com ensino secundário; 55% dos alunos em vias profissionalizantes	Medidas com início em 2016: Construção de referenciais curriculares para a escolaridade obrigatória; Desenvolvimento do Ensino Profissional; Dinamização das ofertas de dupla certificação.	0	2 385 430	1 924 000	0	0	
	Promover o sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação dos portugueses	2.1	Promover a redução do insucesso escolar por via: da generalização da educação pré-escolar a partir dos 3 anos; da progressiva gratuitidade dos manuais escolares formalmente adotados para o ensino básico e secundário; da limitação do número de alunos por turma (em particular nas escolas com dificuldades); da generalização da "Escola a tempo inteiro"; da promoção de programas de literacia familiar; do reforço de mecanismos de ação social.	Abandono Escolar precoce; Taxas de retenção e desistência; Insucesso escolar; Frequência de pré-escolar	Até 2020: Atingir 10% de Abandono escolar precoce; redução para 25% a experiência de retenção aos 15 anos; Reduzir o insucesso escolar para metade	Medidas com início em 2016: Revisão do Modelo de Avaliação do Ensino Básico; Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; Diagnóstico precoce das situações de risco; Generalização da Escola a tempo inteiro; Redução do número de alunos por turma; Reforço da ação social escolar.	0	882 916	473 000	50 000	0	
	Modernizar o sistema de ensino	Qualificação dos portugueses	2,1/3,1	Modernização pedagógica assente em recursos educativos digitais; Inovação nas aprendizagens; Plataformas de gestão da informação, monitorização e avaliação.		Utilização plena e manutenção dos sistemas. Projetos de inovação e qualidade de gestão no POCH	Medidas a ser desenvolvidas e implementadas no âmbito do Simplex na educação - início em 2016/17	0	42 589	28 000	0	0	
	Alargar a base social do ensino superior	Qualificação dos portugueses	2.1.	Reforço da atribuição de apoios sociais a estudantes carenciados do Ensino Superior	N.º de Bolsas atribuídas anualmente	70000 (média anual)	NA	0	750 000	497 000	0	0	
	Estímulo ao sucesso escolar no ensino superior	Qualificação dos portugueses	2.1.	Promoção de ações de acompanhamento e modernização pedagógica orientada para a redução do abandono escolar no ensino superior, juntamente com a contratação de jovens docentes doutorados pelas instituições de ensino superior	N.º de docentes doutorados contratados por ano	100	NA	0	61 000	52 000	0	0	

Reforçar as qualificações

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
Reforçar as qualificações	Estimular o emprego científico	Qualificação dos portugueses	2.1	Novos contratos de investigador/docente para jovens doutorados, proporcionando o rejuvenescimento das instituições científicas e de ensino superior	Novos investigadores/docentes contratados	3000	NA	0	606 000	304 000	0	0	
	Reforço da formação vocacional no ensino superior	Qualificação dos portugueses	2.1	Apoiar a formação inicial curta de âmbito superior nos institutos politécnicos, atraíndo o maor número de estudantes para os cursos TESP (nível 5 EQF)	N.º de diplomados TESP	20000	NA	0	294 000	250 000	0	0	
	Iniciativa «Competências Digitais», para responder à carência de recursos humanos capacitados nem Tecnologias de Informação	Qualificação dos portugueses	2.1.	Aumentar e 20000 pessoas a oferta de recursos humanos com competências digitais	Aumento do número de pessoas capacitadas em competências digitais	Capacitar mais 20.000 pessoas até 2020 em competências digitais		0	55 000	47 000	0	0	
	Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego	Qualificação dos portugueses	3.1	Avaliação dos impactos das políticas ativas de emprego, em particular no que respeita à empregabilidade dos participantes	n.a.	n.a.	A iniciar no 2.º semestre de 2016	0	0	0	0	0	
	Garantir a identificação precoce de NEET através do reforço do Serviço Público de Emprego e de uma Campanha Nacional de informação (Garantia Jovem)	Qualificação dos portugueses	3.1	Identificação precoce de 55 000 NEET na plataforma online da Garantia Jovem até 2020, através de campanhas de sensibilização	Aumento do n.º de visitantes e de inscrições na Plataforma online da Garantia Jovem	732956	Constituição de um grupo de trabalho técnico - IEFP, ISS, IPDJ, CNPCJR e várias Direções da área da Educação - para mapeamento das instituições que podem sinalizar os jovens e definição das estratégias de motivação, de encaminhamento e das respostas necessárias	0	995 000	335 000	0	0	
					Novas inscrições na plataforma GJ	54659							
				Desenvolvimento de estágios profissionais, apoios à contratação de jovens e promoção do regresso de jovens a percursos formativos	Nº de jovens abrangidos	625000							
	Aprofundar a lógica de "Balcão Único de Emprego", integrando os espaços físicos e virtuais	Qualificação dos portugueses	3.1	Concentração progressiva, num único espaço, físico ou virtual, de todas as interações dos cidadãos desempregados nos processos de procura ativa de emprego, bem como dos empregadores nos processos de seleção e contratação de novos trabalhadores	n.a.	n.a.	jan-jun2016: produção de Mapas do Percurso de Utentes ("journey maps") com vista à identificação de aspetos críticos dos contactos e dos canais utilizados e oportunidades de melhoria dos SPE; análise de boas práticas dentro da lógica Balcão Único de Emprego ("one-stop-shop"). jul-dez2016: desenho e operacionalização de medidas	0	0	0	0	0	
	Promover ao ativação de desempregados através do Programa de Promoção das Artes e Ofícios	Qualificação dos portugueses	3.2	Apoio à integração de 3000 desempregados através de um programa integrado de apoios à capacitação para produção e promoção de produtos artesanais	N.º abrangidos	3000	Potenciar a utilização do Protocolo de Cooperação com o CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato, que entrou em vigor no final de 2015 e decorrerá nos próximos anos. Iniciar a receção de candidaturas do Investe Artes e Ofícios - 2.º trimestre 2016.	0	0	0	0	0	
	Promover a formação autónoma dos utentes do IEFP através da medida Cheque-Formação	Qualificação dos portugueses	3.2	Garantir que 75000 ativos ou desempregados são abrangidos por modalidades de formação financiadas diretamente pelo IEFP	N.º abrangidos	75000	A Medida será objeto de avaliação em sede da Comissão Permanente de Concertação Social a partir do décimo segundo mês de vigência da mesma.	0	6 210	5 796	0	0	
	Desenvolver a criação de cooperativas agrícolas por jovens desempregados/NEET, através do Programa COOPJOVEM	Qualificação dos portugueses	3.2	Apoiar 2750 jovens a criar 80 cooperativas agrícolas ou a promover a criação de emprego líquido em cooperativas já existentes	N.º abrangidos N.º de cooperativas criadas	2750 jovens, 80 cooperativas por ano	O programa será objeto de avaliação em sede da Comissão Permanente da Concertação Social, no prazo de 18 meses a contar da sua entrada em vigor.	0	13 900	13 900	0	0	
					Redução da taxa de desemprego	0,05 p.p.							
	Programa "Contrato-Geração"	Qualificação dos portugueses	3.1/3.2	(i) apoio a reformas a tempo parcial e incentivos à contratação pelas empresas de jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego; (ii) apoio ao emprego para as empresas que contratem simultaneamente jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e DLD	N.º abrangidos	ND		0	0	0	0	0	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	Garantir que as políticas ativas promovem inserções mais permanentes no mercado de trabalho	Qualificação dos portugueses	3.2.	Garantir, até 2020, que 70% dos DLD são abrangidos por políticas ativas do mercado de trabalho e que 75% dos contratos apoiados são contratos sem termo	Percentagem de contratos sem termo apoiados no âmbito das medidas de apoio à contratação	75%	Revisão da Portaria n.º 149-A/2015, de 24 de julho, tendo em vista o apoio preferencial a contratos sem termo.	0	1 083 000	373 000	0	0	
					N.º DLD abrangidos em políticas ativas	600000							
					DLD abrangidos por políticas ativas (no total de abrangidos)	70%							
	Eixo 1 - Medida 1 - Criação de um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Reunião de meios e de esforços no sentido de fomentar a inovação na Administração Pública e a experimentação de ideias inovadoras que permitam ganhos de eficiência	Número de projetos testados	12	Início do laboratório piloto no 2.º semestre de 2016	0	4 800,00	2 736,00	0	0	
	Eixo 1 - Medida 2 -Simplificar a contratação pública para favorecer a inovação	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Aproveitar a transposição de novas diretivas da contratação pública para na revisão do Código dos Contratos Públicos encontrar soluções que facilitem a contratação de projetos inovadores pelos organismos públicos.	Número de projetos inovadores	35	2.º semestre de 2016	0	11 600,00	1 995,00	0	0	
	Eixo 1 - Medida 3- Startup Simplex	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Apoiar ideias inovadoras de negócio para serviços e produtos que simplifiquem a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com os serviços públicos	Número de projetos	30	Março de 2016 - conclusão do Concurso Startup Simplex; até Maio de 2017 execução das ideias inovadoras na Administração Pública	0	6 000,00	3 415,00	0	0	
	Eixo 2 - Medida 1 - SIMPLEX +	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Retomar o SIMPLEX como um programa nacional único com medidas que têm como objetivo central tornar mais simples a vida dos cidadãos e das empresas na sua interação com os serviços públicos, contribuindo para uma economia mais competitiva e para reforçar a relação de confiança entre os cidadãos e o Estado	Simplificar e modernizar procedimentos administrativos e de atendimento no sentido de tornar mais simples e mais próxima a relação dos cidadãos com o Estado, bem como reduzir encargos administrativos e custos de contexto para as empresas.	10%	Até Abril de 2016 - reuniões com cidadãos, entidades públicas e empresas; até Maio de 2016, apresentação do programa; até Maio de 2017 execução do Programa	0	500 000,00	284 750,00	0	0	
	Eixo 4 - Medida 1 - Estratégia TIC 2020	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Racionalização e concentração da função informática na Administração Pública central, aproveitando os benefícios da economia de escala, com ganhos de eficácia e de eficiência	Concentração da prestação de serviços TIC numa entidade (exceto defesa e segurança) por departamento governamental	100%	Apresentação da estratégia global no 1.º trimestre de 2016, e dos planos sectoriais dos Ministérios no 3.º trimestre de 2016	0	42 530,00	24 290,00	0	0	
					Reinvestimento das poupanças TIC operacionais em novos projetos	5%		0	10 400,00	0,00	0	0	
	Eixo 2 - Medida 10 - Integração de processos de licenciamento no BdE	Modernização do Estado	4.1	Facilitação do ambiente empresarial por via da concentração dos serviços eletrónicos e comunicações ao Estado num único ponto, reduzindo assim os encargos das empresas na obtenção de informação e submissão diferenciada de serviços eletrónicos nos portais públicos.	N.º de pedidos submetidos pelo BdE (valor acumulado)	564771	Alargamento do BdE a novas atividades de licenciamento, nomeadamente industrial, atividades marítimas e pecuária	4000	4 000,00	2 000,00	0	0	
					N.º de processos de licenciamento desmaterializados (valor acumulado)	381							
					Redução dos prazos médios dos processos de licenciamento no BdE	15%							
					Redução de custos das taxas de licenciamento	25%							
	Plataforma do Mar	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Espaço único a toda a informação e processos de licenciamento relacionados com a atividade económica em meio marinho	Nº de serviços agregados	A definir	Implementação do piloto em 2016	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
	Simplificação no licenciamento da aquicultura	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Criação do balcão do empreendedor	A definir	A definir	A definir	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Eixo 2 - Medida 2 - Redinamização da RIMA (Reunião	Modernização do	M1. Barreiras administrativas e	Criação de um subcomité - Comissão informal de Simplificação Legislativa	n.º de atos legislativos revogados	400	Está a ser preparada a calendarização das próximas	0	0,00	0,00	0,00	0,00	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	Interministerial para a Modernização Administrativa)	Estado	administrativas e regulatórias	(CiSL), composta por membros dos diferentes Gabinetes ministeriais	n.º de atos legislativos revogados	400	reuniões regulares da CiSL	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Eixo 2 - Medida 3 - Aplicação do "Teste PME"	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Exige-se parecer obrigatório da MPMA para todos os atos que envolvam aumentos de encargos administrativos ou custos de contexto ou, que, de qualquer outra forma, aumentem os encargos para as empresas (em especial PME´s), sem o qual os atos legislativos não podem ser aprovados em CM [obrigação plasmada no Regimento do Conselho] Criada unidade à avaliação de impacto económico de iniciativas legislativas, no âmbito do Gabinete do SEPCM, em colaboração com o CEJUR – Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (CEJUR), que funciona como centro de competências da administração pública portuguesa;	n.º de horas empregues no cumprimento de exigências administrativas monetizado	objetivo: por cada hora criada de encargos, o objetivo é reduzir, simetricamente, uma hora de encargos em termos monetizados	Está a ser desenvolvida uma ferramenta que simplifique a realização de estudos de impacto, assente em critérios estandardizados - objetivo é adotar esta ferramenta ao longo do primeiro semestre de 2016	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Eixo 2 - Medida 4 - Comporta Regulatória	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Manutenção em vigor a legislação referente à RIMA, onde se faz a referência expressa ao teste PME e à regra da comporta regulatória e se estabelecem competências a esta rede no à avaliação do impacto regulatório; Exigência de identificação, na nota justificativa das iniciativas legislativas apresentadas por cada Ministra/o, dos custos inerentes ao regime anterior e ao regime proposto; Criação de um sistema de «fast track» para iniciativas legislativas que reduzam encargos administrativos, em especial para as PME´s, privilegiando o agendamento mais célere dessas iniciativas.	Euro criado por uma medida legislativa,	objetivo: por cada euro criado numa medida legislativa, reduzir o mesmo valor, simetricamente, de modo a que se alcance pelo menos o custo zero para as empresas e cidadãos e cidadãs.	Medida de execução contínua	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Eixo 2 - Medida 6 - Implementação do princípio saldo positivo	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Garantir que os diferentes ministros têm um saldo positivo, no sentido de terem revogado mais do que adotaram	n.º de atos legislativos revogados	400	Medida de execução em contínua	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Eixo 2 - Medida 7 - Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	O Conselho de Ministros tem natureza deliberativa apenas uma vez por mês; os decretos-lei do Governo são aprovados apenas quando acompanhados da regulamentação neles prevista; é exigido o parecer da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sempre que dos diplomas resultem encargos administrativos ou custos adicionais, e são fixadas 2 datas por ano para a entrada em vigor da legislação que altere o quadro jurídico das empresas	Número de Decretos-Lei aprovados sem a regulamentação complementar	0	Em execução permanente	0	0	0	0	0	
					Pareceres da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa	115							
	Eixo 2 - Medida 8 - Transposição da Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Desenvolver todos os passos do procedimento legislativo com vista à transposição para a ordem interna da diretiva no 2.º semestre de 2016	n.º de atos alterados	Objetivo: adotar os atos necessários à transposição da diretiva	MPMA está a finalizar parecer sobre criação de encargos administrativos; subsequente audição das organizações representativas dos vários setores profissionais	0	0	0	0	0	
	Eixo 2 - Medida 9 - Implementação da Diretiva nº.2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	estudo rigoroso com vista a transpor a o que ainda possa falta da Diretiva no 2.º semestre de 2016,	n.º de atos alterados	objetivo: adotar os atos necessários à transposição da diretiva	Conclusão do estudo em curso e, a justificar-se, transposição dos regimes em falta no 2.º semestre de 2016	0	0,00	0,00	0,00	0,00	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	Eixo 5 - Medida 1 - Agilização da ação executiva	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Consolidar soluções operacionais técnicas, em particular soluções informáticas que permitam ganhos de eficiência e transparência, que passam por permitir o acesso ao CITIUS por parte dos agente de execução	Variação percentual do número de pendências na ação executiva cível	-5,10%	2º Semestre de 2016 - 2017: Entrada em funcionamento das novas funcionalidades informáticas, nomeadamente intervenções no CITIUS (sistema de suporte à tramitação dos processos nos tribunais), a disponibilização de um site para consulta de informação processual e a disponibilização de uma interface webizada bem como os respetivos webservices que vão ligar esse sistema ao SISAE (sistema de suporte à atividade dos agentes de execução) 2016 -2017 - reforço das infraestruturas tenológicas de suporte às novas funcionalidades	0	617,30	463,17	0	0	
	Eixo 5 - Medida 2 - Aumentar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Implementar um conjunto de medidas com vista ao aumento da capacidade de resposta dos TAF nomeadamente através do reforço dos recursos humanos e da melhoria dos sistemas de gestão processual, designadamente estatística, e ao aumento da previsibilidade ataves da monitorização dos processos pendentes	Variação da taxa de crescimento das pendências dos tribunais administrativos e fiscais, tendo por referência inicial o ano 2015	-0,01	2016 – Requalificação do sistema de tramitação processual dos Tribunais Administrativos e Fiscais-SITAF, melhorando a velocidade do seu desempenho, introduzindo novas funcionalidades que permitam aumentar o número e volume das peças processuais passíveis de apresentação e tramitação eletrónica e criando novos interfaces que possibilitem uma melhor comunicação e partilha da informação processual entre todos os agentes envolvidos; 2016 – Introdução de assessoria técnica nos Tribunais Tributários. 2016 – Estudo de avaliação da adequação da introdução de especialização em função da complexidade das matérias e /ou do valor das causas. 2016 – Reorganização das secretarias, com simplificação dos fluxos documentais. 2016 - Início da formação de 42 novos magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais em setembro de 2016 que iniciarão o 1º ciclo como auditores nos tribunais em setembro de 2017; serão colocados de acordo com o critério do Centro de Estudos Judiciários. 2016 - Início da apresentação de relatórios estatísticos sobre os TAF, com estatística sobre processos entrados, findos e pendentes segregados por jurisdição administrativa e tributária; até final do ano teremos dados quantitativos sobre duração média de processos segregados por jurisdição administrativa e tributária; 2016 - 2018 Introdução de medidas corretivas e evolutivas no sistema informático que permita uma melhor gestão processual por parte dos magistrados e diminua ineficiências, nomeadamente o aumento do limite máximo de tamanho das peças processuais, incorporação de funcionalidade de digitalização e classificação documental, reconhecimento automático de texto, integração com sistemas internos e externos à Justiça, possibilidade de assinatura em lote e maior celeridade na apensação de documentos pelos mandatários. 2016 -2017 - reforço das infraestruturas tenológicas de suporte às novas medidas	0	747	560	0	0	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	Eixo 5 - Medida 3 - Plano de modernização tecnológica do Sistema Judicial	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Implementação de um alargado conjunto de iniciativas que irão ter impacto na agilização dos processos nas várias áreas da Justiça - a Cível, Laboral, Penal, Família e Menores, Administrativa - e de outras que permitirão aos conselhos de gestão das comarcas e aos respetivos Conselhos Superiores, através de indicadores harmonizados, conhecer e gerir os recursos consoante a evolução das pendências processuais.	Variação das Pendência nas execuções e nas insolvências, tendo por referência inicial o ano 2015	-5%	2016 - Identificação e apresentação, em fevereiro, das medidas do plano de ação Justiça + Próxima 2016 - 2019 - Implementação das medidas previstas como sejam, simplificação dos circuitos nas secretarias judiciais; instalação em tribunal piloto de aplicação informática que permite acompanhamento do tempo de duração de processos, segregadamente; sistema de transcrição automático de gravação de diligências; telepresença dentro da comarca, para realização de atos processuais e audiência de julgamentos; acesso pleno ao CITIUS fora do tribunal por parte dos magistrados; sistema de alertas a mandatários relativos aos seus processos e alteração de diligências; sistema de gestão das salas de audiências 2016 - 2019 - Monitorização das medidas constantes do plano. Esta monitorização será feita de forma quantitativa e qualitativa através de medidas de avaliação de impacto, nos cidadãos e empresas, como sejam inquéritos de satisfação e estudos sobre a avaliação das pendências 2016 - disponibilização de novas ferramentas aos órgãos de gestão das comarcas tais como um sistema de indicadores de gestão processual dos tribunais judiciais, que permitirá a estes órgãos de gestão e aos Conselhos Superiores, no âmbito das respetivas competências, monitorizar e avaliar a atividade do tribunal, com dados permanentemente atualizados, contribuindo para uma atuação mais célere. Com base nas novas ferramentas e indicadores de gestão dos tribunais, procurar-se-á, junto das respetivas entidades responsáveis, promover o estabelecimento de metas quantificadas para o sistema judicial, com orientações objetivas e transparentes de redução efetiva das pendências processuais e do tempo de duração dos processos.	0%	14000,00	12000,00	0%	0%	
	Eixo 5 - Medida 4 - Combate ao crime económico, designadamente a corrupção	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Operacionalização da Unidade Nacional de Investigação da Criminalidade Informática (UNICI) da Polícia Judiciária (PJ) que inclui um setor de investigação de fraudes relativas a meios de pagamento e sistema bancário (fishing; burlas informáticas; segurança das transações comerciais). Robustecimento da cooperação policial internacional da PJ. Dinamização do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB . Alinhamento das estratégias da PJ, inspeção Geral dos Serviços da Justiça (IGSJ) e Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) na deteção e repressão dos ilícitos na área da contratação pública, ações executivas e insolvências e corrupção.	Variação percentual da receita do GAB, resultante da atividade ilícita	30%	2016 (1º semestre) - Regulamentação da UNICI, do GRA e GAB 2016 - Operacionalização total da UNICI. Definição de estratégia de alinhamento de 3 entidades de investigação e supervisão. Robustecimento da estrutura de cooperação Policial Judiciária 2016-2018 - Implementação da Academia Recode (parceria com fabricantes de tecnologia, com componente formativa e prática sobre temáticas de programação e redes)	0	13 326,67	10 000,00	0	10 000	
	Eixo 5 - Medida 5 - Reforço da resposta dos meios de	Modernização do	M1. Barreiras administrativas e	Reforçar e capacidade dos meios de Resolução Alternativa de Litígios (RAL)	Número de processos nos meios de resolução	7%	2016 - Aumento da rede de julgados de paz 2016 – Criação e disponibilização na internet de uma lista pública e permanentemente atualizada dos meios complementares de resolução de litígios disponíveis por município ou agrupamentos de municípios, com indicação da competência em função da natureza dos litígio e respetivo valor. 2016 – Reavaliação da formação dos juízes de paz e preparação de curso de formação orientado para a aquisição de competências específicas nas áreas da sua intervenção. 2016 – Desenvolvimento de ações no sentido da criação em Lisboa de um Centro de arbitragem Internacional que valorize a disponibilidade existente de cento e vinte árbitros certificados e	0	51	38	0	0	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	resolução alternativa de litígios	Estado	administrativas e regulatórias	de modo a garantir a obtenção de uma decisão em tempo útil	alternativa de litígios	[illegible]	existência de centro e vinte arbitros certificados e permita captar processos de arbitragem nomeadamente dos PALOP. 2016 - Avaliação financeira e redefinição do modelo de RAL (centros de arbitragem e julgados de paz), com vista a um funcionamento financeiramente sustentável 2016 - Implementação de uma experiência piloto de reorganização de meios de julgados de paz, com base de apoio numa Comunidade intermunicipaL e no Conselho dos Julgados de Paz, com objetivo de abranger mais população e de ter mais divulgação 2016 - Monitorização das medidas implementadas, designadamente do novo modelo de financiamento e da experiência piloto	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
	Eixo 5 - Medida 7 - Descongestionamento dos tribunais	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Melhor gestão pelos órgãos de gestão das comarcas. Revisitação do mapa judiciário com aplicação de soluções diversificadas de acesso ao tribunal.	Taxa de satisfação dos cidadãos, empresas e demais profissionais que se relacionam com o sistema de Justiça, no acesso à Justiça, tendo por referência o ano 2016	5%	2016 -Novo curso para órgão de gestão de comarcas, início de formação de auditores de justiça para os tribunais judiciais, instrumento legislativo com reajustamentos ao mapa judiciário e ao funcionamento dos tribunais.	0	246,00	184,00	0	0	
	Eixo 5 - Medida 8 - Aperfeiçoamento do sistema de execução de penas e reinserção	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Dinamização do sistema prisional e reforço da utilização de vigilância eletrónica.	Aumento taxa de empregabilidade de ex-reclusos no 1º ano	1%		0	0,00	0,00	0	0	
	Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização do Estado	5	Garantir, através da legislação em matéria de execução orçamental, a obrigatoriedade e frequência do reporte de informação sobre PPP locais e regionais, aumento o escrutínio destas operações	n.a.	N.A.		0	0,00	0,00	0	0	
	Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização do Estado	5	Transpor a diretiva referente aos mercados públicos, através da adaptação do Código dos Contratos Públicos	n.a.	n.a.	Aprovar as alterações ao Código dos Contratos Públicos (2.º semestre de 2016)	0	0,00	0,00	0	0	
	Reforço do papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Preparação de um novo quadro de competências das autarquias locais e demais entidades da administração local, no contexto de um novo modelo territorial, com diferenciação das competências das freguesias em função da sua natureza.	Identificação das áreas a descentralizar	NA							
					Elaboração das iniciativas legislativas e definição do enquadramento financeiro	NA							
					Número estimado de áreas de política a descentralizar	36							
					Avaliação do processo de descentralização de competências para as autarquias locais (municípios e freguesias)	NA							
					Participação dos municípios nas receitas do Estado (receitas em % do PIB)	9% (a atingir em 2019)							
	Democratização das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização do Estado	M1. Barreiras administrativas e regulatórias	Promoção da legitimidade democrática das CCDR e reorganização dos serviços desconcentrados e alargamento da rede de serviços de proximidade	Eleições para os órgãos executivos das CCDR	NA							
					Integração de serviços desconcentrados do Estado nas CCDR	NA							
	Reforço da cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências	Modernização do	M1. Barreiras administrativas e	Aprofundamento da cooperação entre municípios pela potenciação das CIM, e promoção do novo modelo de governação resultante da democratização	Revisão das atribuições, órgãos e modelos de governação e de prestação de contas das CIM	NA							

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
	intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Estado	administrativas e regulatórias	e promoção do novo modelo de governação resultante da democratização das CCDR e da criação de autarquias metropolitanas	Avaliação do processo de reforço de cooperação das CIM e da transformação das AM	NA							
	Transferência de infraestruturas para o poder local	Modernização do Estado	2.1/2.2	Transferência para os municípios da jurisdição e gestão das infraestruturas portuárias da náutica de recreio, portos de pesca e estruturas secundárias de pesca	nº de infraestruturas transferidas	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
Sustentabilidade orçamental: Sistema Fiscal (CSR 1.7)	Melhoraria do cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT		1.7	Plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscais 2015-2017	N.A.								
	Melhoraria do cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT		1.7	Acompanhamento especial dos contribuintes singulares de elevada capacidade	N.A.								
	Melhoraria do cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT		1.7	Criação dos mecanismos de troca de informação sobre informação financeira	N.A.		Aprovação de Decreto-Lei para execução da Autorização legislativa para acesso e troca de informações financeiras em fase de preparação, discussão e aprovação interna [Transposição da Diretiva 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014 + Adoção da Norma Comum de Comunicação (CRS) + Regime de acesso automático a informações financeiras relativas a residentes.						
	Melhoraria do cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT		1.7	Incorporação gradual de orientações contra a erosão de bases tributáveis (projeto BEPS). Introdução do "country by country reporting" no âmbito específico da tributação das empresas multinacionais	N.A.		Aditamento de novo artigo ao Código do IRC sobre informação financeira e fiscal de grupos multinacionais aprovada pela AR						
	Melhoraria do cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT		1.7	Proceder a uma reorganização da ação externa local no âmbito da promoção e apoio ao cumprimento voluntário	N.A.								
	Alteração da intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas.		1.7	O enquadramento da intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas ser flexibilizado e articulado com outros credores públicos por forma a facilitar a continuação da atividade e o consequente cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte de empresas viáveis.	N.A.		Alterações legislativas que permitam a flexibilização da posição a tomar em processos de revitalização de empresas quanto aos créditos do Estado						
Custos de contexto: Incerteza do sistema de tributação e dos procedimentos administrativos e elevados encargos administrativos para cumprimento das contribuições fiscais	Eliminação de exigências excessivas ou desproporcionadas		1.7	Aprovar um conjunto de medidas de simplificação administrativa para reduzir custos de contexto na vida empresarial, focando-as nos aspetos mais críticos da atividade das empresas e na eliminação de exigências excessivas ou desproporcionadas/simplex, nomeadamente através do alargamento da medida IES.	N.A.		05/2016: anúncio de um novo enquadramento legal da medida						
	Redução da incerteza e instabilidade fiscal		1.7	O elevado grau de incerteza atribuído ao sistema fiscal pode pesar na atratividade de Portugal como país de destino do investimento estrangeiro. O Governo adotou, inclusive, a prática de entrada de medidas com impacto nas empresas em vigor apenas a cada seis meses, por forma a garantir a maior estabilidade possível.	N.A.								
Sustentabilidade orçamental: Evolução do défice e da dívida pública (CSR 1.1, 1.2, 1.3)			1.3	Windfall gains to accelerate the deficit and debt reduction	Debt payment (million euros)								0
Sustentabilidade do SNS: combate à ineficiência	Melhorar a eficiência		1.4	Revisão dos preços dos medicamentos	Preço médio de Venda ao Público	10,48 €		0	-517619,61	0	0	0	
					Preço médio de Venda ao Público (Genéricos)	6,50 €							
				Estímulo ao aumento da utilização de medicamentos genéricos	% genéricos no mercado do medicamento	63%	4/2016: Dar continuidade às medidas e compromissos para aumentar a cota de genéricos no mercado do medicamento						
				Estimativa de poupança global: compras centralizadas; poupanças de aumento da eficiência	Poupança estimada	729 M€	4/2016: Estimular os processos de compras centralizadas pela SPMS	0	-729 000	0	0	0	
	Programa SIMPLEX		1.6	Desmaterialização da receita médica	% de receitas eletrónicas desmaterializadas	100%	6/2016: Implementação em curso						
	Introduzir medidas de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS		1.6.	Informação pública do desempenho do SNS	Nº Visualizações do Portal SNS	36 630 600	2/2016: Criação do Portal do SNS						
	Combate à Fraude no SNS		1.6	Desenvolvimento de modelos de deteção de risco e monitorização de casos suspeitos	Poupança estimada	219 M€	2/2016: Constituído grupo de trabalho		-199 426		0	0	
Sustentabilidade orçamental: Sector Empresarial do Estado - Saúde (CSR 1.6)	Pagamento das dívidas das EPE da Saúde		1.4/1.6	Criação de condições para a regularização das dívidas às entidades do setor	Custo com pagamento de dívidas	A estimar	4/2016: O OE prevê a continuidade do pagamento da dívida dos hospitais	0	1304000		0	0	

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
Medidas para melhorar custo-eficácia: área dos cuidados de saúde hospitalares	Reformar o modelo de gestão e de organização hospitalar e criação dos Centros de Responsabilidade Integrada (CRI)		1.6.	Aposta na autonomia e na responsabilização da gestão e na aplicação de incentivos ligados ao desempenho	Número de CRI´s	5	3/2016: Em curso	0	149 305		0	0	
Medidas para melhorar custo-eficácia: área dos cuidados de saúde hospitalares	Criar um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA	Coesão e Igualdade	3.2.	Promoção do acesso e a livre circulação dos utentes no SNS, nomeadamente em áreas onde o tempo de espera ainda é significativo: consultas de especialidade, cirurgias, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica	Mediana do Tempo de Espera da Lista de inscritos para cirurgia em meses	2,63	4/2016: Em desenvolvimento no âmbito do processo de contratualização dos hospitais						
					% de inscritos para cirurgia que ultrapassa o Tempo Máximo de Resposta Garantido	0%							
					% Consultas realizadas em cumprimento do tempo máximo de resposta garantido	100%							
	Implementar os Centros de Referência, reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas	Coesão e Igualdade	3.2.	Promoção da concentração de recursos técnicos e tecnológicos altamente diferenciados, de conhecimento e experiência, sendo capaz de conduzir formação pós-graduada e investigação científica nas respetivas áreas médicas	Número de Centros de Referência reconhecidos	74	3/2016: Reconhecidos 74 Centros de Referência 2017: Processo de candidatura à integração dos centros na rede europeia de centros de referência						
	Criar o Conselho Nacional dos Centros Académicos	Coesão e Igualdade	3.2.	Desenvolver parcerias com as faculdades de medicina para o desenvolvimento da formação clínica	Número de Centros Académicos Reconhecidos	8	3/2016: Em curso 04/2016: Criação do Conselho Nacional de Centros Académicos Clínicos						
A.1 - Endividamento privado e capitalização de empresas - Estruturas financeiras empresariais desequilibradas com forte insuficiência de capitalização	Fundo Capitalizar – Crescimento e Inovação	Capitalização de empresas	4	Financiamento de instrumentos de capitalização de empresas em fase de criação, crescimento, inovação e internacionalização	Nº PME abrangidas	8150	2º trim 2016: Lançamento dos concursos para seleção dos Instrumentos Financeiros 3º trim 2016: Implementação dos Instrumentos Financeiros	0	1 600 000	1 300 000	400 000	0	
					Aumento dos Capitais Próprios nas PME (M€)	1700		0	0	0	0	0	
B.2 - Endividamento privado e capitalização de empresas - Necessidade de ajustamentos nos instrumentos legais de reestruturação e insolvência	Fundo Capitalizar – Reestruturação e crescimento	Capitalização de empresas	4	Financiamento de instrumentos de capitalização de empresas em processos de reestruturação	Nº Empresas abrangidas	1100	2º trim 2016: Preparação do lançamento do Fundo 4º trim 2016: Conclusão do processo de lançamento do Fundo 1º trim 2017: Implementação dos Instrumentos Financeiros	0	400 000	0	1 000 000	0	
					Aumento dos Capitais Próprios nas empresas (M€)	1080		0	0	0	0	0	
A.2 - Endividamento privado e capitalização de empresas - Estruturas financeiras empresariais desequilibradas com forte insuficiência de capitalização	Promoção da participação de empresas nos mercados capitais	Capitalização de empresas	4	Promoção da capitalização de empresas pela via de projetos de natureza demonstradora (Campanhas de sensibilização e Ações de Assistência Técnica)	Nº Empresas abrangidas	50	3º trim 2016: Preparação do lançamento do Concurso 4º trim 2016: Lançamento do Concurso	0	0	0	0	0	
B.1 - Endividamento privado e capitalização de empresas - Necessidade de ajustamentos nos instrumentos legais de reestruturação e insolvência	Avaliação da função dos credores públicos em processos de recuperação	Capitalização de empresas	4	Criação de um balcão único da Segurança Social e da Autoridade Tributária para gestão articulada dos créditos públicos	N.A.	N.A.	2017	0	0	0	0	0	
				Revisão do regime de reversão de créditos tributários nos casos de substituição de sócios e administradores de empresas em reestruturação	N.A.	N.A.	2017	0	0	0	0	0	
B.3 - Endividamento privado e capitalização de empresas - Necessidade de ajustamentos nos instrumentos legais de reestruturação e insolvência	Capacitação e melhoria de qualidade da atuação dos administradores judiciais	Capitalização de empresas	4	Reforço do quadro de Administradores Judiciais	N.A.	N.A.	2017	0	0	0	0	0	
B.4 - Endividamento privado e capitalização de empresas - Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Capitalização de empresas	4	• Disseminação de um mecanismo de early-warning potenciando a informação comunicada no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) com subsequente alerta às empresas (ex.: alerta de insuficiência de capitais próprios, indicando a necessidade do seu reforço e alternativas para a respetiva execução) • Sensibilização de empresas e agentes da envolvente empresarial, através de campanha comunicacional, realização de ações de informação e sensibilização; • Ações de capacitação de agentes da envolvente empresarial; • Aconselhamento, assistência técnica e intermediação em processos de reestruturação; • Produção e disponibilização de conteúdos comunicacionais e formativos;	Ind 1 – Empresas contatadas e ou envolvidas em ações de sensibilização, aconselhamento e ou assistência	3800	N.A.	0	1 920	1 632	0	0	
					Ind 2 – Empresas abrangidas pelo mecanismo de early warning (nº empresas/ano)	400000							

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
				• Disponibilização de assistência em domínios específicos relevantes para o sucesso dos processos de reestruturação através da mobilização de competências externas (domínios: jurídico, fiscal, financeiros, estratégico, etc).	Ind 3 - Taxa de sobrevivência das empresas em processos de recuperação após 3 anos:	PER = 40% SIREVE = 50%							
C - Endividamento privado e capitalização de empresas - Limitações do enquadramento fiscal enquanto instrumento de incentivo à capitalização de empresas e de processos de reestruturação	Tratamento fiscal sem discriminação negativa do capital próprio	Capitalização de empresas	4	Promover o financiamento das empresas mediante o recurso a capitais próprios que contribuam para a redução dos níveis de endividamento junto do sistema bancário, designadamente através da revisão do regime de remuneração convencional do capital social previsto no artigo 41.º - A do EBF	Redução do passivo bancário das empresas e reforço dos capitais próprios	N.A.	05/2016: recolha e análise de propostas com intervenientes-chave (e.g. agentes económicos e parceiros sociais); 10/2016: incorporação de propostas no OE 2017; 12/2016: aprovação do OE; 2017: produção de efeitos	0	0	0	0	0	
	Outras medidas fiscais de promoção da capitalização	Capitalização de empresas		Revisão do regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos, tornando-o mais eficaz no incentivo à retenção de lucros por parte de PME e ao respetivo reinvestimento na atividade produtiva	N.A.	N.A.	Inicio: junho/2016 Disponibilização: jan/2017	0	0	0	0	0	
				Revisão das regras e incentivos fiscais incidentes sobre o financiamento sob a forma de dívida ou por capitais próprios, designadamente dos aplicáveis a operações de conversão de dívida em capital	N.A.	N.A.	Inicio: junho/2016 Disponibilização: jan/2017	0	0	0	0	0	
				Criação de linha de adiantamento financeiro por conta de crédito fiscal aprovado no âmbito do sistema de incentivos fiscais à I&D empresarial (SIFIDE II), com desconto diferido, para microempresas com investimentos em I&D mas ainda sem resultados coletáveis no curto prazo, como acontece frequentemente com empresas de criação recente ou de ciclo de valorização muito prolongado	Redução do passivo bancário das empresas I&D	N.A.	05/2016: recolha e análise de propostas com intervenientes-chave (e.g. agentes económicos e parceiros sociais); 10/2016: incorporação de propostas no OE 2017; 12/2016: aprovação do OE; 2017: produção de efeitos	0	0	0	0	0	
Dívida do Sector Privado: Vulnerabilidade da banca a elevados níveis de NPL (CSR 4.1 e 4.2)	Solucionar os elevados níveis de non-performing loans nos bancos	Capitalização de empresas	4	Clarificar o entendimento sobre as condições em que poderá ocorrer o desreconhecimento de créditos vencidos há mais de 24 meses, num cenário de imparidade total, designadamente se será suficiente, nestes casos, a manutenção de registo de créditos abatidos ao ativo em rubricas extrapatrimoniais ou se haverá necessidade de documentação adicional de suporte a integrar no dossier fiscal	N.A.	N.A.	06/2016: clarificação do entendimento	0	0	0	0	0	
Capacitar as instituições científicas e tecnológicas e reforçar a sua cooperação com as empresas	Desenvolver a I&D&I, através da promoção de agendas mobilizadoras	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Definição de roadmap de prioridades estratégicas em que se estruturem os Programas de I&D&I mobilizadores entre as universidades/politécnicos e empresas, baseado nas estratégias de especialização inteligente.	N.A.	0		0	0	0	0	0	
	Promover a transferência de conhecimento para as empresas, através de "Laboratórios colaborativos"/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D&I	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Reforço da capacidade dos centros tecnológicos ou outros "laboratórios colaborativos" e das empresas, nomeadamente através do reforço dos respetivos recursos humanos altamente qualificados, do estabelecimento de contratos de inovação empresarial, e da I&D empresarial	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas e por Laboratórios Colaborativos (n.º)	1200	Aprovação das candidaturas para apoio a recursos altamente qualificados (2016) Lançamento de novos Avisos de Abertura de Candidaturas (2016/2020) recursos altamente qualificados e contratos de inovação empresarial	0	822 524	579 600	0	0	
					N.º de empresas apoiadas em projetos de co promoção com entidades não empresariais do Sistema de I&I	1000	Lançamento de novos Avisos de Abertura de Candidaturas (2016/2020)						
	Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e reequipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Reforço da capacidade dos 57 centros de I&D através do apoio a mais de 2500 projetos que promovam o aumento da produção científica e tecnológica de qualidade reconhecida internacionalmente	Infraestruturas de investigação apoiadas (n.º)	57	Lançamento de Avisos de Abertura de Candidaturas (2.º semestre de 2016)	0	761 760	571 320	0	0	
					Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas (n.º)	1710							

Desafios	Nome da medida	Pilar do PNR	Número da CSR / Major Economic Challenges	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas				Implicações orçamentais (milhares de euros) (12)					
				Descrição da medida	Indicador de Execução		Calendarização dos próximos passos	Receitas do Estado (Milhares €)	Despesas do Estado (inclui a contrapartida pública nacional necessária à execução do Portugal 2020) (Milhares €)		Contribuição dos fundos U.E. (fonte e montantes) (Milhares €)		Outras fontes de financiamento (BEI, CEB-Council of Europe, FESS)
					Designação	Meta		Total	Total	dos quais Portugal 2020	Total		
											Plano Juncker	Outras linhas financiamento	
					N.º de projetos de I&D apoiados	2600							
Promover o potencial criador em novas empresas, novos empreendedores e novas ofertas	Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Financiamento específico de start-up, investimento na envolvente, incluindo incubadoras e promoção externa das iniciativas nacionais de empreendedorismo e das novas empresas nacionais	N.º de novas empresas apoiadas	1000	Lançamento de Avisos de Abertura de Candidaturas ao longo do Portugal 2020 Desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento de start-up	0	339 480	322 920	0	0	
	Promoção de política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Até 2019, será implementada uma nova Estratégia do Design e da Moda em Portugal	% do peso das exportações nas vendas empresas % das exportações no PIB	N.D.							
	Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Utilização de instrumentos alternativos de financiamento quer incentivando os investidores a fazerem aplicações diretamente no capital das empresas, quer proporcionando às empresas uma forma de financiamento alternativa ao endividamento, permitindo uma melhor e maior partilha de risco do negócio.	N.º de empresas apoiadas N.º de investidores Montante Global de Investimento Montante Benefícios Fiscais atribuído	N.D.							
	Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Promover a inovação das PME, nomeadamente na sua fase nascente, através da definição de critérios de seleção utilizados nas compras públicas, que privilegiem a inovação dos produtos e dos fornecedores.		N.A.							
Renovar as atividades existentes através da inovação e da melhoria das capacidades de gestão	Programa CapaCITar	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Constituição de um fundo, participado por entidades públicas, privadas e pelo BEI/Plano Juncker	Nº de entidades apoiadas	25	Concretização do Instrumento Financeiro (2016) Lançamento dos primeiros avisos de abertura de concursos (2017)	0	20 000	20 000	0	101 000	
					Nº de pessoas integradas	250		0	48 000	72 000	0	250 000	
	Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Promoção da inovação empresarial, quer pela aquisição de serviços aso laboratórios colaborativos, quer pelo apoio direto a empresas para a sua capacitação e inovação, incluindo as de média capitalização.	N.º de empresas apoiadas	9950	Orientação dos recursos do Portugal 2020 para estas tipologias, em especial para os desenvolvimentos associados à Industria 4.0 e à Economia Digital	0	414 000	414 000	0	0	
	Inserção dinâmica das PME na economia digital	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Apoios à capacitação e adaptação das empresas a novos processos e produtos, que garantam a maior penetração de práticas/processos como o comércio eletrónico, o marketing digital ou as ferramentas de business intelligence	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	62%-67%		0	207 000	207 000	0	0	
	Reforço do acesso a redes de banda larga e 4G	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Investimento nas redes de Nova Geração (fibra ótica) e nas redes móveis 4G	Nível de cobertura territorial por redes de nova geração (fibra ótica)	100%	O investimento nas redes móveis 4G será realizado no âmbito dos renovação das licenças das operadoras móveis, a realizar em meados de 2018	0	0	0	600 000	0	
					N.º de freguesias adicionais cobertas por rede móvel 4G	1100							
Estimular a integração de empresas e instituições em cadeias de valor internacionais	Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Apoiar 4000 projetos âncora, quer através do desenvolvimento de capacidades de captação de IDE, incentivos diretos às empresas e de melhoria das condições de contexto	N.º de empresas apoiadas	4226	Lançamento de Avisos de Abertura de Candidaturas ao longo d Portugal 2020, alinhando os avisos com a focalização pretendida para estas medidas	0	331 200	331 200	0	0	
	Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Capacitação e qualificação das empresas nacionais que fornecem os investimentos âncora existentes em Portugal	Valor das exportações nas vendas das empresas	22%		0	248 400	248 400	0	0	
	Alargamento da base exportadora do país - novas empresas exportadoras e sua capacitação	Inovação da Economia Portuguesa	2.2.	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Peso das exportações no PIB	47%		0	563 040	563 040	0	0	